

# Sarney decide a política econômica

A necessidade de aumentar impostos foi uma das conclusões da reunião de sábado com economistas. Mas Sarney garantiu: "As decisões serão minhas".

Um aumento imediato dos impostos, como forma de controlar o déficit público, é inevitável. Entretanto, isso não deve atingir os assalariados, que já deram sua parcela de sacrifícios nos últimos anos. Essa foi uma das principais conclusões a que chegou no sábado, durante a reunião de ministros da área econômica e economistas especialmente convidados pelo presidente José Sarney, na Granja do Torto, em Brasília.

Ao final do encontro, que durou mais de oito horas, Sarney agradeceu a colaboração de todos e deixou uma advertência no ar: "Quero dizer que todas as decisões serão minhas. Não almejei este cargo, mas estou consciente das graves responsabilidades que tenho e pronto a assumir as decisões de governo".

De acordo com as fontes ouvidas por jornalistas após a reunião — a única pessoa oficialmente autorizada a falar foi o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles —, um dos temas mais discutidos foi a necessidade de uma imediata redução das atuais taxas de juros. Nessa área, houve consenso quanto à urgência em se reduzir as taxas, mas grandes divergências quanto aos mecanismos a serem utilizados na redução do custo do dinheiro.

A necessidade de renegociação da dívida externa foi um dos pontos em que todos os participantes concordaram. Aliás, já no início da reunião, Sarney frisou que a Nova República tem o compromisso moral e público de não aceitar qualquer tipo de acordo em torno da dívida externa que possa comprometer o crescimento econômico do País. Para o presidente, ao lado da prioridade de combate à inflação, é necessário assegurar um nível de crescimento interno que pelo menos garanta a absorção do contingente de mão-de-obra que anualmente chega ao mercado.

## Divergência

O controle de preços, e seus efeitos sobre o setor privado, também esteve entre os temas mais discutidos. Dois dos ministros presentes ao encontro lembraram que esse controle não poderá durar por muito tempo, pois poderia inviabilizar a retomada do crescimento econômico. A conciliação entre o combate à inflação, o aumento dos impostos e o manejo da política monetária no caminho do reaquecimento da economia, poderia ser facilitada, segundo um dos economistas presentes, com a introdução de uma cláusula, no próximo acordo sobre a dívida externa, prevendo a entrada do dinheiro novo necessário para uma rolagem mais folgada da dívida — algo em torno de US\$ 2 bilhões.

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, porém, mostrou-se totalmente contrário a essa tese. Em sua opinião, se o País insistir em pedir dinheiro novo, poderá não obter acordo algum com os banqueiros internacionais. Sua sugestão é que, em primeiro lugar, se assine o acordo de reescalonamento da dívida e, depois, se negocie a obtenção de dinheiro novo.

Vários dos presentes também sugeriram a Sarney uma política vi-

gorosa de desestatização da economia, falando-se inclusive no fechamento das estatais deficitárias, ou então em seu saneamento financeiro, para posterior revenda ao setor privado.

## Novo encontro

Os empresários privados, aliás, serão os próximos a serem ouvidos pelo presidente Sarney. Ao final da reunião de sábado, ficou estabelecido que haverá um novo encontro na Granja do Torto, no próximo dia 13, desta vez com os representantes do setor privado. Depois haverá uma reunião com os banqueiros e, por fim, com os trabalhadores. "Quero saber o que se comenta e o que se critica em meu governo. Estou convencido de que a sociedade deve participar de tudo", disse Sarney.

No sábado, além de seis ministros de Estado, estavam presentes oito economistas que não trabalham para o governo. Todos os participantes sentaram-se em sofás enfileirados em forma de U, com o presidente Sarney se colocando entre os ministros das Relações Exteriores, Olavo Setúbal (à esquerda), e Francisco Dornelles (à direita).

A direita do presidente estavam ainda os ministros João Sayad e Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio, e os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo (professor da Universidade de Campinas — Unicamp); Mário Henrique Simonsen (ex-ministro do Planejamento e da Fazenda e atual professor de macroeconomia da Fundação Getúlio Vargas — FGV); Ibrahim Eris e Luiz Paulo Rosemberg, colaboradores do ex-ministro Delfim Netto.

Sentados ao lado esquerdo de Sarney estavam os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia; José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil; general Ivan de Souza Mendes, do SNI, e os economistas João Manuel Cardoso de Melo (vinculado ao PMDB); Antonio Dias Leite (professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ); e Célio Borja (ex-presidente da Câmara em 1975/76, hoje prestando assessoria a Sarney).

Diante de um grupo de economistas e ministros de Estado de variadas concepções de políticas econômicas, estavam colocados um quadro negro e uma tela para projeção de slides. Esses equipamentos sugerem que os interlocutores que defendessem uma tese teriam de demonstrá-la na frente de todos. A reunião se realizou numa das varandas da luxuosa mansão da Granja do Torto. A imprensa teve acesso só para fotografar. Cinegrafistas e fotógrafos tiveram autorização também para documentar as demais dependências e as baías onde o ex-presidente Figueiredo guardava seus cavalos.

O ministro Sayad e o general Ivan foram os primeiros a chegar, às 7,40 h. Em seguida, chegaram o presidente José Sarney, trazendo consigo Célio Borja, e depois os economistas Ibrahim Eris, Rosemberg, os ministros José Hugo Castelo Branco, Dias Leite, o ministro Dornelles trazendo Simonsen em seu carro, Setúbal, Gusmão, Belluzzo e Cardoso de Melo. O último a desembarcar foi Aureliano Chaves.